

Ata nº 018/2024

Sessão Ordinária

nos dezesseis dias do mês de novembro, do ano de dois mil e vinte e quatro, nesta cidade de Nossa Senhora do Livramento, Estado de Mato Grosso, situada à Praça da Bandeira nº 253, no Plenário da Câmara Municipal, Vereador José Gervásio da Silva Lillo, precisamente às dezesseis horas, horário regimental, e na ausência da Presidente Leila Lucia Martins de Melo, assumiu a presidência o Vice Presidente, Vereador Eder Campos Neves e com a presença dos Vereadores; Onilde Maria da Silva, Manoel Gonçalo de Campos, João Fernando Nascimento, José Alfredo Silva Taques Junior, Fabiano Sebastião da Silva, Renan Junior Miranda Leite Silva e Paulo Roberto de Figueiredo. Na sequência o presidente em exercício invocando a sabedoria Divina, declarou aberta a sessão e convidou a primeira secretária a fazer leitura da Ata anterior, ficando a mesma aprovada por

todos os Vereadores presentes. Expedientes - Ofício nº 333/2024, do Poder Executivo Municipal, encaminhando Mensagem e Projeto de Lei nº 030/2024, que solicita autorização legislativa para revogar a Lei 787/2015 e a reestruturação do serviço de inspeção Municipal e os procedimentos de inspeção sanitária em estabelecimentos que produzem produtos de origem animal no Município de Nossa Senhora do Livramento e dá outras providências. Ofício nº 334/2024, do Poder Executivo Municipal, encaminhando Mensagem e Projeto de Lei nº 033/2024, que solicita autorização legislativa para autorizar o Município de Nossa Senhora do Livramento a participar do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Rio Cuiabá - CIDES - URC, ratificando o protocolo de Intenções que entre si celebram, os Municípios de Acorizal, Barão de Melgaco, Chapada dos Guimarães, Cuiabá, Jangada, Nobres, Nossa Senhora do Livramento, Nova Brasilândia, Paranatinga, Planalto da Serra, Poconé, Santo Antônio de (lezer) Leuzer, Rosário Oeste e Várzea Grande, visando a implantação do Comércio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Rio Cuiabá - CIDES - URC, e dá outras providências. Na sequência o presidente em exercício, disc, considerando o pedido de urgência especial e a Mensagem do Poder Executivo, suspendeu a sessão por quinze minutos ou quanto forem necessários para que as Comissões competentes analisem e emitam seus pareceres. Reaberta a sessão com a leitura do Parecer nº 053/2024, das Comissões de Justiça e Redação e Agricultura e Meio Ambiente, em conjunto, foram favoráveis a aprovação do Projeto de Lei nº 030/2024, do Poder Executivo, acima citado. Colocado em discussão e votação, ficou aprovado por todos os Vereadores presentes. Parecer nº 054/2024, das Comissões de Justiça e Redação e Agricultura e Meio Ambiente, em conjunto, foram favoráveis a aprovação do Projeto de Lei nº 033/2024, acima citado, colocado em discussão e votação, ficou também aprovado por todos os Vereadores presentes. Conti-

mandos com os Expedientes - Mensagem e Projeto de Lei nº 016/2024, do Vereador Manoel Campos, que declara Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Nossa Senhora do Livramento a "Festa de São Benedito" e dá outras providências, ficando à disposição das Comissões competentes, na Secretaria de Casa. Indicações nº 115, 120 e 121/2024, do Vereador Paulo Siqueiredo. Colocadas em discussão e votação, ficaram aprovadas por todos os Vereadores presentes. Indicações nº 116 e 117, da Vereadora Leila Mello, 118 e 119, do Vereador João Fernando. Colocadas em discussão e votação, ficaram também aprovadas por todos os Vereadores presentes. Requerimento nº 03/2024, do Vereador Paulo Siqueiredo, requerendo informações do Prefeito Municipal e da Secretaria Municipal de Educação a respeito das condições do contrato de transporte escolar no Município. Colocado em discussão e votação, ficou aprovada por todos os Vereadores presentes. Palavra livre, usou da mesma o Vereador Paulo Siqueiredo, ressaltando a justificativa ao seu Requerimento. E o Vereador Juliano Silva, reiterando o pedido de informações acerca do Requerimento nº 02/2024, da sua autoria, aprovado por este Legislativo Municipal e protocolado no Executivo através do Ofício nº 157/2024, em 03 de outubro de 2024, solicitou do Presidente da Casa que solicite urgentemente as informações requeridas referentes aos fletos e VI. Como ninguém mais usou da palavra e não havia mais nada a se tratar, o presidente em exercício agradeceu a presença de todos, Vereadores, funcionários, Municípios presentes e os que acompanham pelas redes sociais e encerrou a Sessão, da qual lavrei a presente Ata, que após ser lida, discutida, será aprovada na forma da lei.

